

## CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDELA

### CERTIDÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE 20/04/2015

*APROVADA EM MINUTA, NOS TERMOS LEGAIS, NA PARTE RESPETIVA*

João Paulo Fraga, Chefe da Divisão de Administração Geral, Finanças e Modernização da Câmara Municipal de Mirandela:

CERTIFICA que, da ata n.º 08 da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Mirandela realizada em 20 de abril de 2015, aprovada em minuta nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3 e 4, do art.º 57.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, consta uma deliberação do seguinte teor:

#### **“05 – OA – Prestação de Contas 2014.**

----- Foram presentes os documentos de Prestação de Contas, referentes à Gerência de 2014, organizados em conformidade com o POCAL, os quais se dão por reproduzidos.

Deste documento consta uma “Introdução” elaborada pelo Senhor Presidente Eng.º *ANTÓNIO BRANCO*, do seguinte teor:

“Nos termos do n.º 1 do art.º 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, do n.º 2 do Ponto 2 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, na sua atual redação, em cumprimento da alínea i) do n.º 1 do art.º 33.º, do n.º 2 do art.º 27.º e da alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro submetem-se à aprovação da Câmara Municipal, para posterior apreciação e avaliação da Assembleia Municipal, os Documentos de Prestação de Contas, com referência a 31 de dezembro de 2014.”

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com cinco votos a favor (quatro dos membros do PSD e um do membro do PS Dr. *José Manuel Morais*), uma abstenção do membro do CDS/PP Dr. *Carlos Freitas* e um voto contra do membro do PS, Eng.º *João Casado*:

- 1 – Aprovar os documentos de Prestação de Contas de 2014 da Câmara Municipal, em cumprimento da alínea i) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- 2 – Submeter esta deliberação à apreciação e votação da Assembleia Municipal, em cumprimento do indicado preceito e ainda do n.º 2 do art.º 27.º e da alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

----- O Senhor Vereador Dr. *CARLOS FREITAS* disse: O meu voto é de abstenção, uma vez que não exerci funções de Vereador durante o ano de 2014, ano a que respeitam os documentos em análise.

----- O Senhor Vereador Dr. *JOSÉ MANUEL MORAIS* apresentou a seguinte Declaração de Voto:

#### **“Declaração de Voto**

Antes de me referir às demonstrações financeiras refletidas nos documentos relacionados com a Prestação de Contas do Município, desejo, em primeiro lugar, dar relevo à equipa que metódica e afincadamente tornou possível a sua apresentação, tal como nos foram disponibilizadas, porquanto, em meu entendimento, refletem de um modo muito esclarecedor todos os movimentos contabilísticos, referentes à gestão do ano de 2014.

Não obstante ter reiteradamente referido, em outros momentos, a circunstância de documentos como estes, cujo grau de exigência de análise crítica é superior a outros, igualmente importantes, mas que não carecem de um estudo tão aprofundado, terem-nos sido disponibilizados com pouca antecedência, relativamente às datas das reuniões em que obrigatoriamente têm de ser votados, decidi analisá-los confrontando alguns dos movimentos neles expressos com a gestão, referente ao ano de 2013.

Assim, permitir-me-ia tecer algumas observações genéricas sobre a matéria em questão, refletidas, aliás, nos documentos de Prestação de Contas do Município e que são as seguintes:

#### **Análise Orçamental**

Numa análise simples e sintética verifica-se que globalmente a taxa de execução do orçamento do exercício de 2014 foi superior a 61%, sendo certo que a receita foi executada em 63,38%, tendo a despesa paga representado mais de 61% do valor previsto. Importa acrescentar que estas percentagens foram indexadas ao valor corrigido do Orçamento aprovado para 2014, após seis modificações orçamentais, que totalizava 35.571.080,27 euros.

Comparativamente aos últimos anos verifica-se uma evolução positiva no que concerne à execução das receitas e das despesas. De realçar igualmente a tendência verificada, nestes últimos anos, no que diz respeito à diminuição entre os valores orçamentados e executados. Excetuando, aliás como é referido no documento, o ano de 2013 pela singularidade de se ter verificado a contratação de um empréstimo, para saneamento financeiro, no montante de 7.600.000,00 euros, sendo certo que este empréstimo contribuiu por um lado para o aumento da receita, mas por outro, facilitou a regularização de dívidas a diversos fornecedores, verificando-se por essa via o aumento da despesa.

### **Fluxos de Caixa**

De realçar apenas que, após todos os recebimentos e pagamentos realizados, se apurou um saldo orçamental para o exercício de 2015, de 615.683,57 euros.

De destacar a inversão do sentido que a despesa corrente teve, relativamente aos últimos anos, tendo-se verificado mesmo um decréscimo em 2014. Esta constatação poder-se-á considerar um bom prenúncio para os anos seguintes, no que diz respeito ao controlo da despesa corrente.

As receitas do Município resultam essencialmente das transferências provenientes do Orçamento do Estado, das Receitas Correntes, da venda de Bens e Serviços e dos Impostos Diretos, sendo verdade que a arrecadação de grande parte destas receitas têm vindo a aumentar, se bem que à custa do sacrifício a que os mirandelenses têm vindo a ser sujeitos.

Contudo, importa referir que o valor executado em 2014, referente às Receitas Correntes, foi de 17.770.969,51 euros, representando uma evolução positiva comparativamente aos últimos anos.

### **Receitas de Capital**

Lamentavelmente as Receitas de Capital continuam a registar taxas de execução inferiores a 50%, excetuando as verificadas em 2013, pelas razões já conhecidas, que se prendem com a contratação de um empréstimo, para saneamento financeiro.

Já as Transferências de Capital, que representam a maior fatia das Receitas de Capital, registaram um aumento relativamente ao ano anterior, ao contrário das transferências do Orçamento de Estado que têm vindo a decrescer desde 2011, fruto das retenções de parte das verbas do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), porquanto essas retenções, e no que concerne a 2014, cujo montante retido foi de 198.996,00 euros, se destinaram ao Fundo de Regularização Municipal (FRM), em virtude de o Município de Mirandela não ter respeitado o limite de endividamento referente a 2011.

### **Despesa**

Do lado da Despesa, as Despesas Correntes pagas em 2014, no montante de 15.168.166,19 euros, representaram mais de 50% da despesa total, sendo certo que a evidência demonstrada ao longo dos últimos anos aponta para uma diminuição deste grupo de despesas.

Também as transferências correntes têm vindo a diminuir significativamente, o que vai de encontro ao III Relatório Semestral de Acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro, aprovado pelo Executivo Municipal, onde está prevista a diminuição das transferências para as diversas instituições. Esta diminuição das transferências tem como primordial objetivo não inviabilizar o cumprimento do já referido Plano e proceder à recuperação da sustentabilidade financeira da Autarquia.

### **Despesas de Capital**

A aquisição de Bens de Capital representa mais de metade das Receitas de Capital fruto do forte investimento que o Município de Mirandela está a fazer, destacando-se a construção da Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo (EsACT), a Recuperação e Qualificação Urbanística da Rua e Avenida das Amoreiras, as construções da Ecoteca e do Museu do Azeite e a Requalificação e Modernização do Complexo Cultural de Mirandela.

Por outro lado, os Passivos Financeiros sofreram um aumento de 414.947,58 euros, relativamente ao ano anterior, em virtude de grande parte desse aumento estar relacionado com o empréstimo contraído em 2013 para regularização extraordinária das dívidas contratadas com o Estado, cuja amortização se iniciou precisamente em 2014, após decorrido o período de carência.

### **Balanço**

Relativamente ao Balanço interessa referir que os Ativo Líquidos e os Fundos Próprios da Autarquia aumentaram enquanto o seu Passivo diminuiu. Esta diminuição do Passivo deve-se, essencialmente, ao facto de terem sido pagas dívidas a fornecedores, no montante superior a 12.800.000,00 euros.

Mesmo sujeito aos requisitos impostos pelo Plano de Saneamento Financeiro dever-se-á salientar a preocupação do Executivo em diminuir o Passivo cujo objetivo único é o de recuperar financeiramente o Município.

### **Dívida Total**

Considerando que o limite da dívida total para 2014, em conformidade com os preceitos legais, é de 22.504.447,88 euros, verifica-se que o Município ultrapassou esse limite em 746.696,32 euros, sendo certo que neste montante estão incluídas, também, as dívidas totais de todas as entidades participadas.

### Conclusão

Por conseguinte, considero que nesta Prestação de Contas, referente a 2014, reflete uma evolução positiva, relativamente ao ano anterior, no que concerne às demonstrações financeiras nela inscritas, consubstanciadas no resultado das suas operações e, ainda, por pensar que o Executivo ao longo do ano transato demonstrou vontade política em continuar a percorrer o caminho que nos levará a alcançar a tão ambicionada aspiração, à qual todos nós estamos vinculados, traduzida na vontade e determinação de sanear financeiramente o município, sem descuidar o desenvolvimento integrado e harmonioso de Mirandela e seu concelho, irei votar favoravelmente a Prestação de Contas, referente ao ano de 2014.”

----- O Senhor Vereador Eng.º *JOÃO CASADO* apresentou a seguinte Declaração de Voto:

### “Declaração de Voto

Nunca será despropositado evidenciar, que a escassez de tempo é a principal causa para, não poder analisar com todo o cuidado possível o Relatório de Prestação de Contas, relativo ao exercício em questão. Pese embora o facto de o Sr. Presidente, fazer chegar toda a documentação dentro do prazo legal, no entanto, importa realçar que tais documentos necessitavam de muito mais tempo, pois convenhamos retratam um momento essencial no ciclo anual, onde é necessário consultar, compreender e elaborar uma análise face aos documentos que evidenciam a situação económico-financeira, os resultados das operações realizadas, e a descrição em relatório das atividades desenvolvidas ao longo de todo o Ano Anterior, neste caso 2014.

Por isso antes de iniciar, deixo aqui os meus sinceros agradecimentos a todos que participaram na elaboração destes documentos.

Da análise do Relatório de Prestação de Contas e tendo como base uma modificação ao orçamento da receita e cinco modificações ao orçamento da despesa, para uma Previsão Corrigida de Receita e Despesa de 35.571.080,27 € executou esta Gerência 22.549.091,50 € para a Receita e 32.028.409,34 € para Despesa.

O que se traduz no exercício de 2014, em termos de Despesa Prevista / Executada em 90% (Despesa Corrente 97% e Despesa de Capital 76%) e em Receita Prevista/ Executada em 63,38% (Receita Corrente 69,06% e Receita de Capital 44,80%). contabilizando 5.000.00 € de reposições não rebatidas nos pagamentos e 666.535,27 € de saldo de Gerência do Ano anterior.

Do Mapa de Controlo Orçamental da Receita constata-se que a receita cobrada foi de 22.544.091.50 €, e a receita por cobrar no final do Ano foi de 1.839.748,92 €, tendo acrescido 88.976,46 € face aos 1.750.772,46 € do ano anterior.

Do Mapa de Controlo Orçamental da Despesa retira-se que em Compromissos assumidos a Despesa ascende 22.734.560,64 € dos quais 20.121.818,15 € no Exercício e 2.612.742,49 € para exercícios futuros, despesa Paga no valor de 15.168.166.19 € e despesa para pagar 4.953.651,96 €.

Do Mapa de Controlo Orçamental da Despesa e no Balanço verifica-se uma amortização em Passivo Financeiro de 1.445.562,94€, e uma diminuição na Dívida a Terceiros – Curto Prazo de 1.679.724,59€, ficando em Dívida para Anos seguintes nestas rubricas 14.419.912,69 € e 8.608.353,76 €.

Na Demonstração de Resultados do Exercício verifica-se um resultado líquido de 1.543.379,44 €.

Do relatório de Certificação Legal das Contas, Elaborado pela PKF Accountants & business advisers, assinado a 15-04-2015, saliento as Reservas efectuadas, nomeadamente:

- 1- A não confrontação dos valores de Inventariação dos bens imóveis do Município com os dados da Conservatória do Registo Predial.
- 2- A integralidade dos valores para as Rubricas de “Bens de domínio público” e “Imobilizações corpóreas” evidenciadas no Balanço, as quais em 31-12-2014 totalizam 64.285.397.00 € e, consequentemente, sobre o montante de 1.177.798.00 € respeitante ao saldo da rubrica de “Amortizações do exercício” que consta da Demonstração de Resultados.
- 3- A análise à rubrica de “Investimentos Financeiros” foi efectuada com base em informação prestada pelo próprio Município, não tendo sido possível obter adequada documentação que comprove inequivocamente a titularidade das participações municipais que constam do Balanço, cujo saldo em 31 de Dezembro de 2014 ascende a 3.782.403.00 €. Adicionalmente, de acordo com o que pudemos apurar, as referidas participações encontram-se relevadas pelo seu custo de aquisição (valor histórico). Por não se encontrarem disponíveis as demonstrações financeiras das empresas participadas, não nos foi possível quantificar o impacto da não adopção do Método da Equivalência Patrimonial nas contas do Município com referencia a 31 de Dezembro de 2014;
- 4- A rubrica de “Proveitos diferidos” é composta essencialmente por pelos valores relativos a subsídios ao investimento destinados à aquisição de imobilizado. Por insuficiência de informação relativamente aos bens participados, não

- nos foi possível validar a conformidade dos proveitos imputados pela Câmara ao exercício de 2014, sendo de realçar que, de acordo com o previsto no POCAL, os proveitos de subsídios ao investimento deverão ser reconhecidos numa base sistemática, à medida que forem contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitam.
- 5- Na data de emissão do presente relatório, por não ter sido possível proceder à confirmação externa de saldos e à realização de adequados procedimentos alternativos de auditoria de forma a ultrapassar esta limitação, não podemos concluir sobre a razoabilidade dos montantes de 6.060.518,00 € e 693.761,00 €, registados nas rubricas de “Fornecedores de Imobilizado”, respectivamente.
- 6- No decurso do trabalho efectuado, identificamos responsabilidades que não se encontram evidenciadas no Balanço do Município a 31 de Dezembro de 2014, relacionadas com transferências extraordinárias deliberadas pelo Executivo para Instituições particulares. Deste modo considerámos que o Passivo se apresenta subavaliado em cerca de 1.507.919,00 €, por contrapartida da sobreavaliação da rubrica de “Fundos Próprios” em igual montante.

Relativamente ao relatório de Certificação Legal de Contas, não abona nada em favor de quem pretende apresentar rigor e transparência e, suscita mesmo que face as limitações descritas seria possível obter um ajustamento, claro que possivelmente poderia-se obter um outro resultado em termos de Balanço e Demonstração de resultados.

Não poderei afirmar qual o resultado de tal ajustamento, pois carece o Município de apresentação de informação mais fidedigna, no entanto acrescento que mesmo comparando os valores mencionados pela PKF Accountants & business advisers e os que eu analiso no Balanço por exemplo relativamente a “Imobilizações Corpóreas” e “Bens de Domínio Público” existe discrepância (64.285.397,00 € e 63.970.818,18 €), no que diz respeito a “Fornecedores “ e “Fornecedores de Imobilizado” também existe discrepância (6.060.518,00 €, 693.761,00 € da PKF e 6.792.944,28 €, 865.866,05 € que eu verifico). Relativamente a “Investimentos Financeiros” só lamento de fato que mesmo a data de 15-04-2015 as Empresas onde o Município detém participações, ainda não tenha apresentado as suas Demonstrações de Resultados.

No que diz respeito a falta de evidências no Balanço, relativamente a transferências deliberadas pelo Executivo para instituições particulares no valor de 1.507.919,00 € o que torna o passivo subavaliado, por contrapartida da sobreavaliação da rubrica Fundos Próprios, nem sei o que comentar!.

É evidente que um Município que recorre a um Plano de Saneamento Financeiro, não se encontra em boa situação económica, no entanto também não pode parar, e olhar simplesmente para si, e tentar resolver os seus problemas, simplesmente com o objectivo de pagar o que deve, e que para isso se concentre simplesmente em aumentar os impostos e, aumentar as rubricas em que se encontra em desequilíbrio, porque isso, é simplesmente apontar para todos os seus Municípios e dizer-lhes, vocês é que têm de pagar! porque o Político não conduziu os destinos do Concelho mal, apenas cumpriu, neste caso deu, aos eleitores a promessa, de todas as suas vontades, claro em nome da Democracia do voto.

Mas não nos podemos esquecer, que um Município do Interior, é um dos principais meios de desenvolvimento do concelho, e existe sempre da parte dos Municípios grandes expectativas, e que projetos estruturantes como a evolução da Zona Industrial, a requalificação de algumas das principais vias de acesso, e consequente a melhoria continua da rede de abastecimento de água, a conclusão de alguns sistemas de tratamento da rede de saneamento básico, a reabilitação urbana, a requalificação de alguns espaços verdes, todos eles geram desenvolvimento na economia local.

Não pretendo com isto afirmar, que o Município não tem efectuado investimento, pelo contrario, reconheço que dentro das suas limitações tem abraçado grandes projetos, como a Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo de Mirandela, Dinamização e Modernização do Complexo Cultural, Museu da Oliveira e do Azeite, Requalificação das Margens de Carvalhais- Ecoteca, Recuperação e Qualificação Urbanística da Rua e Av<sup>a</sup> das Amoreiras e Av<sup>a</sup> dos Bombeiros Voluntários, Reabilitação e Adaptação do Edifício da Casa do Povo a Posto da GNR de Torre de Dona Chama.

No entanto, pretendo é simplesmente afirmar que é necessário fazer mais, e melhor, não tomando só decisões de caminho fácil, como o aumento de impostos e aumento de rubricas deficitárias, mas sim proceder ao recebimento das receitas por cobrar no final do Ano. Dar evidências de um grande rigor na gestão, simplicidade e clarividência na apresentação do Balanço e Demonstração de Resultados.

Acredito que seja um caminho árduo, mas é com certeza, a dignificação de qualquer Político.

Por todas estas considerações, aqui expressas nesta declaração, o meu voto é contra a Prestação de contas 2014.”

----- O Senhor Presidente Eng.º **ANTÓNIO BRANCO** apresentou a seguinte Declaração de Voto:

#### **“Declaração de Voto**

“Os documentos de Prestação de Contas, para além de integrarem o cumprimento de um requisito legal, pretendem traduzir a atividade municipal durante o ano económico a que estas respeitam, o qual corresponde ao ano civil.

Se a execução orçamental do Município de Mirandela no ano de 2013 foi influenciada pela aprovação e implementação do Plano de Saneamento Financeiro (PSF) e a contratação do empréstimo financeiro associado, o exercício do ano de 2014 corresponde ao primeiro ano em que a gestão foi efetivamente condicionada e mesmo monitorizada pelos compromissos

assumidos nesse mesmo PSF mas também pelos mecanismos de controlo e procedimentos determinados pela Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA) e pelas restrições determinadas pelo Orçamento Geral do Estado.

O conceito de ajustamento orçamental em baixa, iniciado em 2013, foi também prosseguido no Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2014, com revisão em baixa dos valores previsionais globais. Este ajustamento reflete-se nas taxas de execução alcançadas, inferiores, no entanto, ao exercício de 2013 que foram influenciados pelas receitas extraordinárias do empréstimo do PSF.

DESPESAS	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	% EXECUÇÃO	% GLOBAL
<b>DESPESAS CORRENTES</b>				
01 DESPESAS COM O PESSOAL	6.939.600,00	6.382.566,56	92.0	29.1
02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	13.169.320,00	6.611.142,66	50.2	30.1
03 JUROS E OUTROS ENCARGOS	1.270.718,00	925.110,09	72.8	4.2
04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.544.900,00	942.102,84	61.0	4.3
05 SUBSÍDIOS	252.000,00	230.892,39	91.6	1.1
06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	165.000,00	76.351,65	46.3	0.3
<b>TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES</b>	<b>23.341.538,00</b>	<b>15.168.166,19</b>	<b>65.0</b>	<b>69.2</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>				
07 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	9.610.642,27	4.575.594,30	47.6	20.9
08 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.154.500,00	739.084,50	64.0	3.4
09 ACTIVOS FINANCEIROS	10.000,00			
10 PASSIVOS FINANCEIROS	1.449.400,00	1.445.562,94	99.7	6.6
11 OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	5.000,00			
<b>TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>12.229.542,27</b>	<b>6.760.241,74</b>	<b>55.3</b>	<b>30.8</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>35.571.080,27</b>	<b>21.928.407,93</b>	<b>61.6</b>	<b>100.0</b>

Considerando que no ano de 2014 não existiu recurso a essas receitas extraordinárias, a execução deste ano representa também um exercício de avaliação concreto e objetivo, no que se refere à projecção da receita a médio prazo, nomeadamente em relação à necessidade de gradualmente diminuir a dependência das transferências correntes da Administração Central. Receitas estas que, mesmo não sofrendo significativas diminuições ao nível de dotação, não têm, no entanto, acompanhado a descentralização de competências da Administração Central para a Administração Local, o que continua a penalizar o exercício essencialmente do lado da despesa corrente.

Em detalhe e com especial e negativo protagonismo, refiram-se as despesas com educação, nomeadamente transportes escolares e refeições que de forma alguma são compensadas pelas transferências da Administração Central.

RECEITAS	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	%EXECUÇÃO	%GLOBAL
<b>RECEITAS CORRENTES</b>				
01 IMPOSTOS DIRECTOS	2.325.146,00	2.742.878,40	118.0	12.5
02 IMPOSTOS INDIRECTOS	71.207,00	174.321,35	244.8	0.8
04 TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	349.300,00	253.135,94	72.5	1.2
05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	1.341.000,00	1.392.238,87	103.8	6.4
06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	17.867.330,00	9.893.748,98	55.4	45.2
07 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	3.617.784,00	3.248.419,65	89.8	14.8
08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	161.000,00	66.226,32	41.1	0.3
<b>TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>25.732.767,00</b>	<b>17.770.969,51</b>	<b>69.1</b>	<b>81.2</b>
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>				
09 VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	725.000,00	17.638,30	2.4	0.1
10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	8.261.778,00	4.080.060,66	49.4	18.6
11 ACTIVOS FINANCEIROS				
12 PASSIVOS FINANCEIROS				
13 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	180.000,00	8.633,51	4.8	0.0
<b>TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>9.166.778,00</b>	<b>4.106.332,47</b>	<b>44.8</b>	<b>18.8</b>
<b>OUTRAS RECEITAS</b>				
14 RECURSOS PRÓPRIOS COMUNITÁRIOS				
15 REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	5.000,00	254,25	5.1	0.0
16 SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	666.535,27			
<b>TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS</b>	<b>671.535,27</b>	<b>254,25</b>	<b>0.0</b>	<b>0.0</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>35.571.080,27</b>	<b>21.877.556,23</b>	<b>61.5</b>	<b>100.0</b>



Considerando que os principais compromissos assumidos no PSF apontaram de forma global para o aumento da eficiência organizacional, para a redução da despesa corrente e para a efetiva redução do nível de endividamento procurou-se também garantir o integral cumprimento de todas as metas e objetivos e criar uma cultura de avaliação e ajustamento contínuos.

Ao nível interno quer pelo processo de certificação em Qualidade, quer pelo processo de reorganização orgânica e mesmo pelo forte investimento realizado na modernização e digitalização de processos foi possível atingir metas de concretização das medidas bastante elevadas.

Ao nível da despesa corrente é observável uma efectiva redução, fruto de um acompanhamento próximo das maiores rubricas mas também pela dinamização de elementos passivos e ativos de monitorização de consumos e gastos.

No entanto, as componentes de maior dimensão continuam a ser as despesas associadas ao fornecimento de água para abastecimento humano e tratamento de águas residuais, bem como da recolha e tratamento de resíduos urbanos. O aumento do consumo e do tarifário anual dos serviços em alta não são compensados com a necessária harmonização tarifária das redes em baixa, o que tem implicado a afetação de receitas correntes à compensação dos encargos e do deficit desses fornecimentos. A estes valores acrescem ainda os custos associados à manutenção e operação de todo o espaço público na área geográfica do concelho que representam alguns dos principais encargos da despesa corrente.

Ao nível do endividamento, tal como ficou já demonstrado no relatório de acompanhamento do PSF, verifica-se uma tendência de redução sustentada e gradual, cumprindo o plano de redução de pagamentos em atraso e assumindo uma progressiva aproximação aos limites legais.

Como o novo Regime Financeiro das Autarquias Locais - Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, introduziu diferenças significativas no cálculo da dívida total dos municípios, identificando as diferentes entidades que relevam para efeitos de apuramento da dívida total de cada município, em 2014 a dívida não se posicionou abaixo dos limites legais. Caso fosse considerada apenas a dívida reportada ao Município, no exercício de 2014, seria já possível fazer tal afirmação.

Considerando o elevado número de obras em curso objeto de financiamento comunitário e a necessidade de aumentar a execução financeira dessas mesmas obras, registou-se em 2014 um significativo crescimento nas transferências de fundos comunitários.

Além das obras em curso foram ainda recuperados diversos projetos como a reabilitação do Complexo Cultural cuja execução estava condicionada ao processo de reprogramação das dotações comunitárias e lançados novos projetos aproveitando as aberturas em *overbooking* como o Campo Desportivo da Reginorde.

Contrariando ainda as dificuldades expressas e todos os constrangimentos orçamentais, o Município de Mirandela não deixou de assumir o seu papel de suporte e incentivo à sociedade civil local, quer ao nível desportivo, quer ao nível cultural, recreativo ou social. A relevância das transferências correntes e de capital efetuadas para as diversas entidades e instituições revelam claramente o papel preponderante que o Município de Mirandela tem na dinamização da sociedade civil.

A essas transferências financeiras é necessário ainda associar os apoios em instalações, consumos, transportes e disponibilidade de equipamentos que, frequentemente ignorados, representam também pesados encargos para a Câmara Municipal.

A multiplicidade de eventos desportivos, culturais ou lúdicos, turísticos e de promoção realizados pela Câmara Municipal ou em parceria com outras entidades, cujo número ultrapassa as cinco centenas de ocorrências objeto de planeamento anual, traduzidos e descritos em anexos no Relatório de Atividades, são encargos com enorme significado no orçamento da despesa mas certamente compensados pela dinâmica territorial de que Mirandela beneficia no contexto regional e mesmo nacional.

Torna-se também necessário referenciar o apoio à construção e recuperação de equipamentos sociais e religiosos, nomeadamente, os encargos mensais com o Lar Residencial da APPACDM, Quartel de Bombeiros de Torre de D. Chama, Lar do Romeu, Lar de S. Pedro Velho, entre outras intervenções pontuais mas de particular importância para as populações, são também traduzidos em anexos deste documento.

Destaca-se em 2014 o início da reabilitação da sede da Associação de Socorros Mútuos, também no âmbito do Plano de Acção tuaMirandela cujo apoio representa de forma simbólica a estratégia de capitalização de diversas associações municipais.

O Relatório de Atividades pretende traduzir de forma sintética as atividades dos múltiplos serviços municipais relevando um papel no apoio ao munícipe e no cumprimento integral das competências municipais de salvaguarda da salubridade, do ambiente urbano, das acessibilidades e, essencialmente, no bem-estar dos munícipes de forma generalizada.

A competência de toda a estrutura dirigente e o empenho, nem sempre reconhecido, dos trabalhadores municipais, não se resume certamente à síntese traduzida num Relatório, sendo efetivamente demonstrativa da multiplicidade de serviços e tarefas que diariamente são realizadas em prol dos munícipes.

Esta dedicação, determinação e competência foram reconhecidas pelo processo de Certificação em Qualidade que viu a sua certificação recentemente renovada, processo de cariz interno fortemente participado, envolvendo toda a estrutura e



recursos municipais e que se concretizou na certificação integral dos processos e procedimentos propostos de forma transversal a todos os serviços da Câmara Municipal.

O presente documento demonstra de forma clara e transparente a atividade da Câmara Municipal de Mirandela durante o ano de 2014, traduzindo também a determinação em continuar a enfrentar as dificuldades e a contribuir de forma evidente para o desenvolvimento integrado e coeso do concelho de Mirandela e da população em geral.”

Mirandela, 20 de abril de 2015.

O Presidente da Câmara Municipal;

  
António Pires Almor Branco

O Chefe da Divisão de Admin. Geral,  
Finanças e Modernização;

  
João Paulo Fraga